



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.012, DE 2021 **(Da Comissão de Legislação Participativa)**

Sugestão nº 9/2021

Institui o Dia do Detetive Particular.

DESPACHO:

DEVOLVA-SE A PROPOSIÇÃO, COM BASE NO ARTIGO 137, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, POR NÃO OBEDECER AO DISPOSTO NO ART. 4º DA LEI ORDINÁRIA 12.345/2010. PUBLIQUE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Da Comissão de Legislação Participativa)
(ORIGEM: SUG Nº 9 DE 2021)

Institui o Dia do Detetive Particular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Dia do Detetive Particular.

Art. 2º Fica instituído o Dia do Detetive Particular, a ser celebrado no dia 11 de abril, que é data do reconhecimento da profissão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Essa proposta busca oficializar o dia 11 de abril, data em que foi sancionada a Lei n.º 13.432, de 2017, como o Dia Nacional do Detetive Particular. O citado diploma legislativo delineou a atuação do detetive, criando regras a serem observadas para o regular exercício da profissão, limitando o alcance dessa atuação e fixando as proibições, direitos e deveres do investigador da iniciativa privada.

Definiu que o profissional detetive é aquele que, atuando como prestador de serviços autônomo ou na forma empresarial, possui competência e conhecimento técnico para planejar e executar a coleta de informações de natureza não criminal, para o esclarecimento de assuntos de interesse privado do contratante.

Com efeito, não se discute a importância social da atividade de detetive particular, um profissional indispensável em toda sociedade moderna pela inestimável colaboração que presta às pessoas ou às próprias instituições



policial e judiciária, também deve, a exemplo de inúmeras outras atividades profissionais, ter direito à sua data nacional.

De forma a contemplar a sugestão emanada do Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo, estamos propondo este texto. Certos de que os nobres Colegas que compõem essa Comissão de Legislação Participativa ratificarão a relevância dessa demanda, esperamos poder contar com o seu imprescindível apoio para a aprovação da presente Sugestão de Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2021.

Deputado WALDENOR PEREIRA
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Waldenor Pereira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218303195400>



SUGESTÃO N.º 9, DE 2021

(Do Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo)

Sugere Projeto de Lei para instituir o Dia Nacional do Detetive Particular.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 9, DE 2021

Sugere Projeto de Lei para instituir o
Dia Nacional do Detetive Particular.

Autor: CONSELHO DOS DETETIVES
PARTICULARES DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Relator: Deputado BENES LEOCÁDIO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão encaminhada pelo Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo (CONDESP) para que esta Comissão de Legislação Participativa (CLP) adote, como projeto de lei, a instituição do dia 11 de abril como dia nacional do detetive particular.

Vale ressaltar que, de acordo com a declaração prestada pela Secretaria da Comissão, os requisitos formais, previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da CLP, foram plenamente atendidos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É, com certeza, meritória a iniciativa do Conselho dos Detetives Particulares do estado de São Paulo, ao se referir a uma importante profissão,



sugerindo o dia 11 de abril como data comemorativa e de reconhecimento aos detetives particulares.

No ofício de sugestão, o CONDESP justifica a proposta, argumentando o seguinte:

Com esta sugestão de lei buscamos oficializar o dia 11 de abril, data em que foi sancionada a Lei n.º 13.432, de 2017, como o Dia Nacional do Detetive Particular. O citado diploma legislativo delineou a atuação do detetive, criando regras a serem observadas para o regular exercício da profissão, limitando o alcance dessa atuação e fixando as proibições, direitos e deveres do investigador da iniciativa privada. Definiu que o profissional detetive é aquele que, atuando como prestador de serviços autônomo ou na forma empresarial, possui competência e conhecimento técnico para planejar e executar a coleta de informações de natureza não criminal, para o esclarecimento de assuntos de interesse privado do contratante. Com efeito, não se discute a importância social da atividade de detetive particular, um profissional indispensável em toda sociedade moderna pela inestimável colaboração que presta às pessoas ou às próprias instituições policial e judiciária, também deve, a exemplo de inúmeras outras atividades profissionais, ter direito à sua data nacional. Certos de que os nobres deputados e deputadas que compõem essa Comissão de Legislação Participativa ratificarão a relevância dessa demanda, esperamos poder contar com o seu imprescindível apoio para a aprovação da presente Sugestão de Projeto de Lei.

Fazemos nossas essas palavras e a justificação construída pelos integrantes de tão nobre categoria profissional. Nesse sentido, consideramos que a iniciativa do CONDESP é louvável e merece o apoio desta Comissão que enseja a participação do cidadão e de organizações profissionais no processo legislativo.



Face ao exposto, voto pela **APROVAÇÃO** da Sugestão nº 9, de 2021, na forma do Projeto de Lei anexo.

Sala da Comissão, em de julho de 2021.

Deputado BENES LEOCÁDIO
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219254789700>



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

Institui o Dia do Detetive Particular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Dia do Detetive Particular.

Art. 2º Fica instituído o Dia do Detetive Particular, a ser celebrado no dia 11 de abril, que é data do reconhecimento da profissão.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Essa proposta busca oficializar o dia 11 de abril, data em que foi sancionada a Lei n.º 13.432, de 2017, como o Dia Nacional do Detetive Particular. O citado diploma legislativo delineou a atuação do detetive, criando regras a serem observadas para o regular exercício da profissão, limitando o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219254789700>



alcance dessa atuação e fixando as proibições, direitos e deveres do investigador da iniciativa privada.

Definiu que o profissional detetive é aquele que, atuando como prestador de serviços autônomo ou na forma empresarial, possui competência e conhecimento técnico para planejar e executar a coleta de informações de natureza não criminal, para o esclarecimento de assuntos de interesse privado do contratante.

Com efeito, não se discute a importância social da atividade de detetive particular, um profissional indispensável em toda sociedade moderna pela inestimável colaboração que presta às pessoas ou às próprias instituições policial e judiciária, também deve, a exemplo de inúmeras outras atividades profissionais, ter direito à sua data nacional.

De forma a contemplar a sugestão emanada do Conselho dos Detetives Particulares do Estado de São Paulo, estamos propondo este texto. Certos de que os nobres Colegas que compõem essa Comissão de Legislação Participativa ratificarão a relevância dessa demanda, esperamos poder contar com o seu imprescindível apoio para a aprovação da presente Sugestão de Projeto de Lei.

Sala da Comissão, em de julho de 2021.

Deputado BENES LEOCÁDIO
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benes Leocádio
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219254789700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 9, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Legislação Participativa, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação na forma do Projeto de Lei apresentado da Sugestão nº 9/2021, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Benes Leocádio.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Waldenor Pereira - Presidente, Luiza Erundina, João Daniel e Vilson da Fetaemg - Vice-Presidentes, Alencar Santana Braga, General Peternelli, Glauber Braga, Joseildo Ramos, Leonardo Monteiro, Talíria Petrone, Benes Leocádio, Fernanda Melchionna e Rogério Correia.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2021.

Deputado WALDENOR PEREIRA
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Waldenor Pereira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210964410700>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de
detetive particular.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se detetive particular o profissional que, habitualmente, por conta própria ou na forma de sociedade civil ou empresarial, planeje e execute coleta de dados e informações de natureza não criminal, com conhecimento técnico e utilizando recursos e meios tecnológicos permitidos, visando ao esclarecimento de assuntos de interesse privado do contratante.

§ 1º Consideram-se sinônimas, para efeito desta Lei, as expressões "detetive particular", "detetive profissional" e outras que tenham ou venham a ter o mesmo objeto.

§ 2º (VETADO).

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO